

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.005 - RS (2018/0188651-4)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA  
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN  
**ADVOGADO** : FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277  
**AGRAVADO** : CARLOS DA SILVA DELOLMO LEDESMA  
**ADVOGADOS** : FERNANDO DA SILVA CALVETE - RS043031  
DANIELI CRISTINA BONI - RS100426

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS DE MÚTUO. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, §1º, IV E 1.022, II DO NCPC. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

### DECISÃO

CARLOS DA SILVA DELOLMO LEDESMA (CARLOS) ajuizou ação revisional contra FUNDAÇÃO CORSAN DE FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - FUNCORSAN (ENTIDADE), alegando abusividades em diversos contratos de mútuo celebrados com a ENTIDADE de previdência privada fechada.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, limitando os juros remuneratórios a 12% ao ano, vedada a capitalização mensal, admitindo a correção monetária pelo índice contratado, taxa de administração e desconto em folha de pagamento (e-STJ, fls. 156/162).

Interposta apelação pela ENTIDADE, o Tribunal Gaúcho negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 211):

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATOS DE MÚTUO FIRMADOS COM A FUNDAÇÃO CORSAN. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. LEI COMPLEMENTAR 109/2001. VEDADA INCIDÊNCIA DE JUROS SUPERIORES A 12% AO ANO. LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA.*

*1. A demandada trata-se de entidade de previdência privada*

# Superior Tribunal de Justiça

*fechada, razão pela qual não pode se valer das disposições legais que regem os contratos firmados com instituições financeiras, motivo pelo qual não pode estipular juros livremente em seus contratos, devendo observar os limites estabelecidos na Lei de Usura (Dec. 22.626/33), cujo art. 1º veda a cobrança de juros superiores a 12% ao ano.*

*2. Desde a entrada em vigor Lei Complementar nº 109/2001, como entidade de previdência privada fechada que é, não mais poderia conceder empréstimos aos seus associados. Tendo sido concedido o empréstimo nessas condições, o contrato firmado entre as partes deverá ser avaliado como se mútuo entre particulares fosse, regido pelo Código Civil em vigor na data da celebração contratual. Limitação dos juros em 12% ao ano.*

**COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO/REPETIÇÃO POSSIBILIDADE.**

*A partir da revisão das cláusulas contratuais, notadamente ante o reconhecimento da abusividade da taxa de juros contratada, os valores indevidamente exigidos da autora devem ser a ela compensados ou restituídos, de forma simples.*

**RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO.**

Os embargos de declaração opostos pela ENTIDADE foram rejeitados (e-STJ, fls. 240/248).

Inconformada, ENTIDADE interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, §1º, IV, 1.022 do NCPC, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi contraditório, porquanto não aplicou o art. 29 da Lei nº 8.177/91 no que se refere aos juros remuneratórios em empréstimos realizados antes da LC nº 109/01; (2) omissa, por não se manifestar acerca da compatibilidade sistêmica entre a LC nº 109/01 e a Resolução nº 3.792/09 do BACEN quanto aos juros remuneratórios após a vigência da lei mencionada; e (3) omissa, porque não observou a necessidade manutenção do equilíbrio atuarial quanto à carteira de empréstimos.

CARLOS ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 275/280).

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal Gaúcho inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de ofensa aos arts. 489, §1º, IV, e 1.022, II, do NCPC. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação do referido óbice.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

# Superior Tribunal de Justiça

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da contradição aventada

ENTIDADE alegou contradição por não ter o acórdão recorrido aplicado o teor do art. 29 da Lei nº 8.177/91 aos dois contratos firmados antes da vigência da lei em questão.

Da leitura do acórdão que julgou os embargos de declaração, nota-se que o TJ/RS entendeu que, após a entrada em vigor da LC nº 109/01, as entidades de previdência privada fechadas não podem conceder empréstimo aos associados e os contratos firmados, inclusive os de nºs 4849 e 6176, invocados pela ENTIDADE, devem ser analisados como se mútuo entre particulares, regidos pelo Código Civil vigente na data da celebração dos pactos, visto que a ENTIDADE não pode mais ser equiparada às instituições financeiras. Confira-se o excerto:

*Ressalto que, como já referido no acórdão embargado, a partir da entrada em vigor da Lei Complementar n.2 109/01, em 29/05/2001, as entidades de previdência privada fechada não mais podem conceder empréstimos aos seus associados, e os contratos de empréstimo firmados, como os dos autos, devem ser analisados sob a ótica do negócio jurídico de mútuo.*

*Portanto, os contratos firmados entre as partes, inclusive os de nº 4849 e 6176, deverão ser analisados como se mútuo entre particulares fossem, regidos pelo Código Civil em vigor na data da sua celebração, considerando que a mutuante não pode mais ser equiparada às instituições financeiras.*

*Evidente, portanto, a pretensão da parte embargante de ver rediscutida a matéria posta no recurso e já apreciada, o que não é permitido em sede de aclaratórios (...) (e-STJ, fls. 243/244).*

Embora ENTIDADE tenha suscitado que a argumentação do colegiado foi contraditória, na medida em que não aplicou a Lei nº 8.177/91 aos contratos anteriores à LC nº 109/01, é de se reconhecer que a insurgência contra a correção do entendimento manifestado pelo acórdão vergastado não pode ser confundida com contradição.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Isso porque a análise quanto à lei aplicável aos contratos anteriores à LC nº 109/01 passaria pela discussão acerca da aplicação da lei no tempo, o que ensejaria reexame de mérito que não se coaduna com os objetivos emprestados aos embargos de declaração pelo art. 1.022 do NCPC.

Nesse norte, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a contradição que enseja violação do art. 1.022 do NCPC é aquela interna ao julgado, o que não se verifica no caso concreto, em que o Tribunal Gaúcho concluiu que, deixando ENTIDADE de ser equipara a instituição financeira, seria imperiosa a análise do contrato à luz do Código Civil vigente à data da celebração. Veja-se que, quanto aos contratos especificamente mencionados, o *decisum* não invocou a aplicação da LC nº 109/01, mas do próprio diploma civil.

No que tange à imprescindibilidade da contradição interna para caracterização do malferimento ao art. 1.022 do NCPC são os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.*

*1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que a contradição apta a abrir a via dos embargos declaratórios é aquela interna ao julgado, existente entre a fundamentação e a conclusão da decisão ou entre premissas do próprio julgado. Precedentes.*

*2. Esta Corte Superior entende que não há como aferir eventual ofensa ao art. 333 do CPC/73 (art. 373 do CPC/15) sem que se verifique o conjunto probatório dos presentes autos. Incidência da Súmula 7. 3. O Tribunal a quo, depois de examinar o conteúdo do contrato firmado entre as partes bem como a narrativa fática e as provas que instruem os autos, concluiu por aplicar a estimativa prevista no instrumento contratual para apuração do débito porquanto a recorrente não apresentou provas suficientes para demonstrar a distância que efetivamente teria percorrido. Alterar tal conclusão, encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 dessa Corte Superior.*

*4. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 1.280.604/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. em 21/10/2019, DJe 23/10/2019)

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART.1.022 DO NCPC. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*FUNDAMENTADO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. LEILÃO. DESISTÊNCIA DA VENCEDORA DO CERTAME. SEGUNDO PROPONENTE QUE MANIFESTOU DESINTERESSE NA ARREMATACÃO DO BEM. COMISSÃO DO LEILOEIRO. COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A contradição que autoriza a oposição de embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela entre proposições do próprio julgado. O descontentamento com as conclusões do julgado não enseja a contradição prevista no art. 1022, I, do NCPC. 3. O arrematante do bem é o responsável pelo pagamento da comissão do leiloeiro, não podendo essa obrigação ser imputada àquele que ofertou a segunda melhor proposta, porque o vencedor desistiu da arrematação.*

*4. Recurso especial provido em parte.*

*(REsp 1.826.273/SP, de minha relatoria, Terceira Turma, j. em 10/09/2019, DJe 12/09/2019)*

## (2) e (3) Das omissões apontadas

ENTIDADE também aduziu omissão quanto à compatibilidade entre a LC nº 109/01 e Resolução do BACEN, que permitiria a cobrança de juros remuneratórios na vigência da lei supracitada. Ainda, alegou que o acórdão recorrido deixou de considerar os impactos da medida para o equilíbrio atuarial da ENTIDADE.

Ocorre que o acórdão recorrido entendeu que a ENTIDADE de previdência privada, por ter natureza fechada, não pode mais ser considerada instituição financeira, por força da Lei nº 109/01, proibindo-se a realização de operações de mútuo com seus associados, com fins em precedente do STJ em relação ao tema. Confira-se:

*Isso porque a ora apelante se trata de entidade de previdência privada fechada, razão pela qual, diferentemente do que defende, não pode se valer das disposições legais que regem os contratos firmados com instituições financeiras.*

*Essas entidades, portanto, não podem estipular juros livremente, devendo observar os limites estabelecidos na Lei de Usura (Dec. 22.626/33), cujo art. 12 veda a cobrança de juros superiores a 12% ao ano.*

*O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento acerca dos contratos de mútuo firmados com entidades de*

# Superior Tribunal de Justiça

*previdência fechada e aberta, segundo o precedente (...)*  
(e-STJ, fls. 214/215).

No caso, não se observam as omissões suscitadas, na medida em que o acórdão apreciou a questão relativa à equiparação da ENTIDADE a instituição financeira e a possibilidade de cobrança de juros remuneratórios de maneira fundamentada, ainda que não tenha apreciado um a um os fundamentos invocados pela parte, o que não caracteriza negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

*RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO E COBRANÇA MOVIDA POR SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTRA EX-SÓCIO ADMINISTRADOR. EMPRÉSTIMOS E DESPESAS IRREGULARES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO. COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONTROVERTIDOS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.*

*DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.*

*1. Ação ajuizada em 20/9/2013. Recursos especiais interpostos em 27/1/2017 e 9/2/2017. Autos conclusos ao Gabinete da Relatora em 10/9/2018.*

*2. O propósito recursal é verificar se houve negativa de prestação jurisdicional, cerceamento de defesa e afronta ao princípio da correlação, bem como se há comprovação dos fatos narrados na inicial e se a distribuição da sucumbência foi feita de forma proporcional pelo acórdão recorrido.*

*3. O acórdão recorrido apresenta fundamentação adequada, tendo os julgadores reconhecido, à unanimidade, com base em ampla incursão no acervo probatório dos autos, a obrigação do recorrente em restituir os valores ali elencados. Ausência de violação ao art. 489 do CPC/15.*

*4. Não há nulidade processual quando o Tribunal julga integralmente a lide e soluciona a controvérsia em conformidade com o que lhe foi apresentado. O julgador não é obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa de suas teses, devendo, apenas, enfrentar a demanda observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Precedente.*

*(...)*

*RECURSO ESPECIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA NÃO CONHECIDO.*

*RECURSO ESPECIAL DO EX-SÓCIO PARCIALMENTE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

**CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

(REsp 1.837.445/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 22/10/2019, DJe 28/10/2019)

Dessarte, não merece reforma o acórdão recorrido, tendo ENTIDADE apenas manifestado o inconformismo quanto ao entendimento delineado no acórdão embargado, revestindo-se a pretensão de caráter manifestamente infringente, o que não se coaduna com a medida integrativa dos embargos de declaração.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

**MAJORO** de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) para R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais) os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor da ENTIDADE, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator